



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
ISCED – HUÍLA**

**O COLONIALISMO PORTUGUÊS E O POVOAMENTO BRANCO
NO SUL DE ANGOLA: O CASO DA REGIÃO DE CAPELONGO NO
MUNICÍPIO DA MATALA (1950-1975).**

Autor: Daniel Kulembe

**Lubango
(2022)**



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
ISCED – HUÍLA**

**O COLONIALISMO PORTUGUÊS E O POVOAMENTO BRANCO
NO SUL DE ANGOLA: O CASO DA REGIÃO DE CAPELONGO NO
MUNICÍPIO DA MATALA (1950-1975).**

Trabalho de fim do curso apresentado para a
obtenção do grau de Licenciado em ensino de
História

Autor: Daniel Kulembe

Orientador: Reginaldo Dos Santos Ngola Brinco

Lubango

(2022)



**Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla
ISCED – Huíla**

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Tenho a consciência que a cópia ou plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou retirada do grau, constituem uma grave violação da ética académica.

Nesta base Eu, Daniel Kulembe, estudante do instituto superior de ciências da educação da Huíla (ISCED-HUÍLA) curso de ensino da História do departamento de ciências sociais, declaro, por minha honra ter elaborado este trabalho, só e somente com o auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquiridos durante à minha carreira estudantil e profissional.

Daniel Kulembe

**Lubango,
2022**

Dedicatória

Dedico este trabalho especialmente aos meus progenitores por tudo quanto tem sido. Aos meus irmãos, familiares e amigos que directa ou indirectamente, fizeram com que este sonho se tornasse realidade.

Agradecimentos

Exprimo os meus sentimentos de gratidão primeiramente a Deus pela Vida Saúde e

Resumo

O século XIX foi um período marcado pelo aproveitamento dos recursos, e os territórios além-mar passaram a intensificar os trabalhos, crescendo e seguindo a lógica de um ideal económico assente no povoamento branco e na exploração destes territórios e dos seus recursos.

No entanto, o presente trabalho está constituído por três capítulos; no primeiro capítulo fez-se uma breve caracterização do colonialismo português, colonialismo e ideologia colonial, a colonização e a cultura africana, a historiografia colonial e a história dos povos colonizados, a ocupação de Angola e a resistência à ocupação de Angola.

No segundo capítulo, abordamos sobre a localização geográfica, a importância da região de Capelongo no desenvolvimento da colónia de Angola, as causas do fracasso do projecto do povoamento de Capelongo, e as primeiras tentativas de colonização branca no sul de Angola.

Como objectivo geral traçou-se: analisar o colonialismo português e o povoamento branco no sul de Angola na região de Capelongo município da Matala.

Como objectivos específicos traçou-se: Descrever a importância da região de Capelongo no desenvolvimento da colónia de Angola; Explicar a acção do colonialismo português na região de Capelongo; a compreensão do povoamento branco na região de Capelongo é apresentado, neste trabalho, em diferentes contextos. Sócio-históricos, políticos, económico e culturais.

Palavras Chave-Colonialism, Angola, Capelongo.

Abstract

The 19th century was a period marked by the exploitation of resources, and the overseas territories began to intensify work, growing and following the logic of an economic ideal based on white settlement and the exploitation of these territories and their resources. However, this work consists of three chapters; in the first chapter there was a brief characterization of Portuguese colonialism, colonialism and colonial ideology, colonization and African culture, colonial historiography and the history of colonized peoples, the occupation of Angola and resistance to the occupation of Angola.

In the second chapter, we address the geographical location, the importance of the Capelongo region in the development of the colony of Angola, the causes of the failure of the Capelongo settlement project, and the first attempts at white colonization in southern Angola. As a general objective it was traced: to analyze the Portuguese colonialism and the white settlement in the south of Angola in the region of Capelongo municipality of Matala.

As specific objectives it was traced: To describe the importance of the Capelongo region in the development of the colony of Angola; Explain the action of Portuguese colonialism in the Capelongo region; the understanding of the white settlement in the region of Capelongo is presented, in this work, in different contexts. Socio-historical, political, economic and cultural.

Keywords-Colonialism, Angola, Capelongo.

Sumário

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Introdução	8
Justificação do Tema	9
Problema de Investigação	9
Objecto da Investigação	9
Objectivo Geral	9
Objectivo Específicos	9
Definição dos conceitos chave:	10
Opção Metodológica	10
Método Comparativo.....	10
Método Histórico	11
Técnicas de Pesquisa.....	11
Entrevista	Erro! Marcador não definido.
Tipos de Pesquisa	12
Pesquisa Bibliográfica	12
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
1.1.Breve Caracterização do Colonialismo Português	14
1.2 Colonialismo e ideologia Colonial	16
1.3. A Colonização e a Cultura africana	17
1.4. A historiografia colonial e a história dos povos Colonizados	20
1.5. A Ocupação de Angola.....	22

As Resistências à Ocupação de Angola	24
CAPÍTULO II: O COLONIALISMO PORTUGUÊS E O POVOAMENTO BRANCO NO SUL DE ANGOLA: O CASO DA REGIÃO DE CAPELONGO NO MUNICÍPIO DA MATALA (1950-1975).....	30
2. Localização Geográfica	30
Conclusão	45
Sugestões	46
Referências Bibliográficas	48

INTRODUÇÃO

Introdução

Assistiu-se durante muito tempo no campo da reflexão histórica mundial à veemência do reaparecimento do fenómeno colonial, que impôs-se não só pela sua natureza de 'temática das minorias, mas também pelo duplo facto de, por um lado, permitir repensar em termos pós-coloniais, as identidades nacionais dos colonizadores e dos colonizados, cuja emancipação passou pela recuperação da sua própria história, pela afirmação da sua identidade histórica e pela preservação da sua memória, e por outro, exigir uma maior densidade interrogativa sobre a politização e a ideologização interna da História. A colonização portuguesa em nada diferenciava dos demais países colonizadores, mas o discurso justificava a permanência em solo africano, pois acentuava a peculiaridade da ocupação lusa apresentando às nações uma explicação científica para buscar uma aprovação para a presença em África. Mas a prática, "como qualquer outra, assentou em formas mais ou menos explícitas de racismo, gerou conflitos e promoveu a discriminação. A colonização é feita muitas das vezes à custa da eliminação parcial ou total das populações indígenas, que podem ser suprimidas de forma violenta, expulsas para regiões inóspitas e adstritas a reservas ou, mais raramente, assimiladas ao grupo colonizador.

Como tal, é mister perceber que povoamento branco levado a cabo por Portugal, enquadra-se dentro do colonialismo demográfico, que é caracterizado pelo povoamento e ocupação permanente do espaço colonial por uma população colonizadora e não apenas pela exploração dos seus recursos económicos. O processo de colonização é presidido pelo Estado metropolitano ou por uma companhia majestática devidamente mandatada pela potência imperial dominante que prepara e organiza a instalação dos colonos, governa e administra a colónia e protege militarmente os colonos de eventuais ameaças à sua segurança, reprimindo eventuais revoltas das populações colonizadas.

Justificação do Tema

Esta monografia insere-se no âmbito dos estudos sobre o colonialismo de povoamento branco o chamado *settler colonialism* em África, tendo em especial consideração o caso representado pela colonização portuguesa do sul de Angola, mais precisamente no município da Matala, região de Capilongo. Trata-se de uma problemática relevância histórica e ainda pouco trabalhada pelas historiografias angolana. Daí o recurso as fontes a esta temática para melhor aprofundamento.

Problema de Investigação

Gil (2008), argumenta que problema científico é qualquer questão não resolvida, e que é objecto de discussão em qualquer domínio do conhecimento.

Deste modo, para a nossa pesquisa formulamos a seguinte questão: Qual foi a estratégia do colonialismo português para o povoamento branco na região de Capelongo no município da Matala?

Objecto da Investigação

O colonialismo português e o povoamento branco no sul de angola: o caso da região de Capelongo no município da Matala (1950-1975).

Objectivo Geral

Analisar o colonialismo português e o povoamento branco no sul de angola na região de Capelongo município da Matala.

Objectivo Específicos

- ✓ Descrever a importância da região de Capelongo no desenvolvimento da colónia de Angola;
- ✓ Explicar a acção do colonialismo português na região de Capelongo;
- ✓ Compreender o povoamento branco no sul de Angola;

Definição dos conceitos chave:

Colonialismo: O colonialismo foi mais do que um sistema de exploração económica e de dominação política, social e cultural, podendo mesmo ser compreendido como um modo de percepção do mundo e de enquadramento da vida social. O regime colonial “sustentou uma gramática de distinções que se inseriu no mundo dos colonizados, entrando nas suas próprias autoconstruções e afectando os modos como eles incorporaram suas identidades, sociedade e as suas próprias culturas.” (Comaroff, 1997, p25).

Angola: Angola é um país que faz parte do continente africano, que limita-se ao norte com o Congo democrático, a sul com a república da Namíbia, a leste com a república da Zâmbia e a oeste com o oceano atlântico. (Atlas geográfico, 2008).

Capelongo: Capelongo é uma vila e comuna angolana que se localiza na província da Huíla, pertencente ao município de Matala. Na vila há um importante património histórico arquitetónico, as ruínas do Forte de Capelongo, construído em 1905¹.

Opção Metodológica

Podemos entender metodologia como um conjunto de procedimentos no qual os questionamentos são utilizados com critérios de carácter científico, para termos fidedignidade dos dados, envolvendo princípios e normas que possam orientar e possibilitar condições ao pesquisador, na realização de seus trabalhos, para que o resultado seja confiável e tenha maior possibilidade de ser generalizado para outros casos (Casarotto e Dill, 2006, p.12).

Para o estudo que pretendemos levar a cabo, utilizaremos os seguintes métodos:

Método Comparativo

Considerando que existem semelhanças e diferenças nos estudos dos diferentes tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações com a finalidade de

¹ Enciclopédia livre (2013).

verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (Lakatos, 2011, p.92). Com este método, pretendemos fazer uma análise comparativa relativamente o colonialismo português e o povoamento branco no sul de Angola e em outras realidades para melhor compreensão do presente estudo.

Método Histórico

O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram a sua forma actual por meio de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que actualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (Boas *apud* Lakatos, 2011, p.93).

O método histórico nos possibilitou-nos fazer um breve recurso o colonialismo português em África, sobretudo nas antigas colónias.

Técnicas de Pesquisa

As técnicas são um instrumento de trabalho que viabiliza a realização de uma pesquisa, um modo de se conseguir a efectivação do conjunto de operações em que consiste o método, com vista à verificação empírica e confrontação do corpo de hipóteses com a informação colhida na amostra. (Pardal e Lopes, 2011, p.70).

Para o nosso trabalho, fizemos recurso a entrevista como instrumentos que ajudou-nos na recolha de dados.

Inquérito por questionário

Tipos de Pesquisa

Pesquisa Bibliográfica

Pesquisa bibliográfica é a etapa da pesquisa em que o pesquisador faz a busca dos referenciais teóricos pertinentes à questão-problema do seu estudo. Essa busca é realizada em materiais como livros, periódicos e jornais científicos impressos ou digitais localizados em bibliotecas ou em base de dados (Moura, 2015, p.10).

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Breve Caracterização do Colonialismo Português

A colonização, enquanto sistema de negação da dignidade da pessoa humana, simboliza um imenso espaço-tempo de sofrimento, dor, opressão, resistência e luta. Nesta conformidade, no presente tema, abordamos sobre a caracterização do colonialismo português. Para percebermos os efeitos específicos provocados pelo fenómeno no actual território de Angola.

Castelo (2014), fazendo uma caracterização do colonialismo afirma que a fragilidade europeia ocasionada pelas duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e pela grande depressão em 1929, fez com que o governante português António Salazar recorresse às potencialidades de suas colónias africanas para assegurar o equilíbrio orçamentário português, promovendo deste modo, uma série de políticas de integração económica e a ocupação efectiva dos territórios com uma população branca metropolitana. Salazar trocou a política da República (1911-1926), caracterizada pela descentralização administrativa e financeira das colónias, por um modelo mais centralizador e com maior fomento económico, principalmente em Angola.

Silva (2017), quando abordava sobre o colonialismo português, destaca que a realidade colonial portuguesa consistia sempre em “grandezas ilusórias”, numa total ineficácia e fracasso de governos e indivíduos: em vez de homens inteligentes e hábeis [...] mandavam para os governos coloniais, uns indivíduos sem habilitações, nem ciência governativa. E essa especificidade provocou e criou uma colonização em África.

Em África “não existem costumes, tradições ou regras políticas solidamente estabelecidas. A maior parte das tribos indígenas vive em plena barbárie”, argumentava assim um dos defensores da colonização portuguesa Cayolla (1912, p.99).

Esta afirmação de Cayolla, é a nosso ver, uma tentativa de legitimar a colonização, a opressão, exploração, a civilização e filantropia; o desejo e a ambição das riquezas das colónias.

Seguindo com as abordagens de Silva (2017), o mesmo diz-nos que Portugal tem sido completamente inútil para todas as manifestações do nosso tempo e tudo que é inútil, que não corresponde a uma necessidade, tende a desaparecer, sendo este o destino traçado pelo Partido Socialista para o país e para as colónias. Os erros associados à colonização portuguesa teriam origens remotas, com início na época dos descobrimentos, que se perpetuaram no tempo por etapas sucessivas de incorretos procedimentos.

Segundo Figueiredo (1890), as décadas de 70 e 80 do século XIX marcaram uma fase de renovado interesse pelo continente africano, impulsionado pela vontade de formar novas colónias. O partido Socialista compreendia que uma colónia era um estabelecimento fundado pela metrópole em país bárbaro, para garantir a sua conquista ou alargar uma dada influência comercial, todavia a maneira de administrar as possessões variava consoante o país. Considerava também que as colónias se dividiam essencialmente em dois tipos: as colónias militares e agrícolas, atribuídas geralmente a nações mais “aristocráticas”, e as colónias de tipo comercial, dominadas pela classe burguesa ou capitalista, apenas para efeitos de trocas.

Segundo Smith (1990), apesar dos seus esforços, o império colonial português encontrou, desde cedo, algumas condicionantes que goraram quaisquer esforços expansionismo e uma política colonial resistente, dificultando também o controlo das áreas ocupadas. Além dos desencontros luso-ingleses em matéria alfandegária que diminuían as receitas portuguesas, era evidente a falta de apoios militares na conquista do interior africano e a resistência dos nativos.

Boxer (1981) *apud* Charles & Marques (2011), afirmam que o processo colonial iniciou na primeira metade do século XV, estabelecendo feitorias, portos e enclaves no litoral africano. Não existia nenhuma organização política nas colónias portuguesa, excepto em algumas áreas portuárias onde há tratados destinados a assegurar os direitos dos traficantes de escravos. A obtenção de pedras, metais preciosos e especiarias era feita pelos sistemas de captura, de pilhagem e de escambo. O método predador provocou o abandono da agricultura e o atraso no desenvolvimento manufatureiro das

sociedades africanas. A captura e o tráfico de escravos dividiram etnias e causam desorganização na vida económica e social dos africanos. Milhões de pessoas são mandadas à força para as Américas, e grande parte morre durante as viagens.

Portanto, a colonização portuguesa comparada com outros sistemas coloniais em África apresenta algumas particularidades. A primeira teve a ver com o uso de degredados, sistema de degredo para ajudar Portugal na implantação da soberania em Angola. A par disto temos os diversos sistemas de trabalho utilizado para extrair a riqueza em Angola, a saber: o trabalho escravo ou escravatura, trabalho forçado, tido como uma nova forma de escravatura e o trabalho angariado.

A colonização portuguesa foi bastante penosa para os denominados indígenas, de acordo com a estratificação social imposta por Portugal colonial.

1.2 Colonialismo e ideologia Colonial

Reis (1941), afirma que entre os diversos marcadores que caracterizam o colonialismo à desigualdade relacional e a descontinuidade territorial entre o país colonizador e o país colonizado, a disjunção cultural e social entre colonizados e colonizadores, a eliminação da autonomia do colonizado e a hegemonia sempre reforçada do colonizador deve registrar-se, por um lado, o exercício constante de desmemoriação das populações dominadas em relação à sua própria história, introduzindo a história do colonizador e incentivando uma nova memória que reorganiza a hierarquização dos homens de acordo com a norma do colonizador, e por outro, a manipulação ideológica dos grupos que integram o espaço do colonizador, confrontados com categorias legitimadoras a nação, a civilização, a história da violências impostas pelo fenómeno colonial.

Henriques (2015), diz que o fim tardio do colonialismo (1974-1975), a fortíssima ideologização da questão perante a rejeição da comunidade internacional, a premência delirante da expansão portuguesa e a sua identificação como pilar da nação, permitiu compreender as dificuldades de organização de um discurso científico e historiográfico liberto da ideologia colonial, que se manteve surdo à recuperação da

voz autónoma do outro, recusando ou dissolvendo-a na história dos descobrimentos e da expansão portuguesa.

Afonso (Sd), diz que no momento histórico em que as potências coloniais negociavam as independências africanas e asiáticas, Portugal reforçava o carácter obstinado do seu colonialismo, apoiado pela massa dos colonos. Se, no plano interno, os responsáveis políticos se serviam do racismo difuso que caracterizava as relações da comunidade nacional com os colonizados, no plano internacional, mobilizavam os 'direitos históricos' para recusar as mudanças da história.

1.3. A Colonização e a Cultura africana

Lukamba, (2017) quando referia-se à colonização e a cultura africana, nos diz que, a África possui uma longa história que não começa basicamente com a colonização nem com a sua independência. Talvez nestes dois últimos períodos, pela acção das forças exterior, o continente viu-se desprovido de grande parte dos seus valores tradicionais, e a África perdeu uma boa dose da sua identidade. Todavia, não foi assim no seu percurso histórico anterior onde a sua cultura foi muito brilhante e deu origem a vastos processos políticos. A colonização, a exploração e saque das potências europeias, prejudicou de que maneira a evolução do continente africano, uma vez que tirou-lhes a sua força mais produtiva.

As abordagens de Lukamba, encontra suporte na reflexão de Comaroff, quando afirma que:

O colonialismo foi mais do que um sistema de exploração económica e de dominação política, social e cultural, podendo mesmo ser compreendido como um modo de percepção do mundo e de enquadramento da vida social. O regime colonial "sustentou uma gramática de distinções que se inseriu no mundo dos colonizados, entrando nas suas próprias autoconstruções e afectando os modos como eles incorporaram suas identidades, sociedade e as suas próprias culturas" (Comaroff, 1997, p.25).

Segundo Branco (2013), A partilha da África tem início, de facto, com a Conferência de Berlim (1884), que instituiu normas para a ocupação. No início da I Guerra Mundial, 90% das terras já estavam sob o domínio da Europa. A partilha é feita de maneira arbitrária, não respeitando as características étnicas e culturais dos povos africanos, o

que contribuiu para muitos dos conflitos actuais no continente, deixando as famílias africanas numa total desestruturação.

Angola durante vários anos viveu sob o jugo do colonialismo português. Durante este período, as culturas dos povos foram humilhadas e inferiorizadas, chegando mesmo a criar-se, por parte da população um sentimento de rejeição dos seus próprios valores. A política linguística em Angola estava ao serviço do regime repressivo, pelo que o uso e o ensino das línguas nacionais nas escolas nunca foram posto em prática².

Para Ferro (1996), a colonização, representando a ocidentalização do mundo africano, suprime as estruturas tradicionais locais e deixa um vazio cultural de difícil reversão. As características da sociedade tradicional em África, assim como a parentela e as suas funções, o clã e a linhagem, a exogamia, os princípios hierárquicos e o agrupamento doméstico são completamente ultrapassados e vilipendiados. A cultura africana foi completamente desvalorizada, a educação e a valorização das famílias, muitas das vezes não foi tida em conta.

De uma maneira geral, é possível afirmar que os países imperialistas, dentre os quais Portugal, pretendiam com o colonialismo empreender além da exploração económica, uma política de despersonalização cultural dos povos dominados, chegando ao limite de desliga-los do seu passado e afastá-los de sua própria história. Os africanos, que estavam ligados com a sua própria cultura, hábitos e os seus costumes, eram convocados a assumir o repertório de conhecimentos e saberes do outro como sendo seu (Chaves, 2004, p.149).

A ideologia etnocentrista imperial sufocou as culturas africanas durante quase um século. O colonialismo impôs instâncias socioculturais elaboradas dentro das suas próprias perspectivas, por referência aos seus interesses, aos seus valores, às suas linguagens e à sua ordem, e que servem de cortina entre o povo e as suas instituições, a sua escola, as suas economias, a sua visão do mundo e inclusive o sentido da sua

² Manual de Línguas Nacionais, (2013), elaborado pelo professor Ezequiel Estevão Kambindagolo.

própria história. O colonialismo ocultou a verdadeira história e os aspectos importantes da cultura africana (Sow, *et al* 1977, p.137).

Memmi (1989), diz que todo o processo de inculcação de valores metropolitanos, no contexto da conquista colonial, produziu escolas e crianças colonizadas que não pensam a sua própria cultura e história, pois com isso o colonizado tende a estar condenado a perder progressivamente a sua memória e sua identidade social e cultural, particularmente é na língua que se manifesta este primeiro dado de perda de sentimento e de pertença étnico-cultural.

A língua do conquistador tornou-se por adesão e por necessidade um dos elementos de sobrevivência e de resistência que marcaram e reconstruíram a identidade sociocultural das populações residentes nas capitais coloniais africanas. Essa dinâmica identitária forjada em decorrência do contato mais latente entre os nativos e os conquistadores e, ainda, com os seus descendentes europeus nessas capitais africanas propiciou, também o uso estratégico das línguas europeias para o engajamento no jogo das nações e do mundo que se globaliza nos estertores da guerra fria existente entre Washington e Moscovo (Ki-Zerbo, 2006).

Correia, (2010, p. 392) ao falar sobre a colonização afirma que na vertente sócio-cultural o colonialismo caracterizou-se pela redução do colonizado a um estatuto marginal, raiando mesmo a desumanização, a sua classificação mais como uma coisa do que como um ser humano.

Pinto (S/d), diz que em 1925 o governo português, decretou a proibição das línguas africanas no ensino. Com a exclusividade do português, pretendia-se a integração dos africanos na sociedade e na cultura portuguesa e o combate aos possíveis avanços de outras potências europeias. As culturas africanas, os seus hábitos e costumes foram desprezados e abandonados pelo opressor.

Para Sabonete, (2010) as línguas angolanas foram classificadas durante a época colonial como línguas de cão. Muitos dos mais velhos são testemunhas disso, principalmente aqueles que tiveram contacto direto com a colonização portuguesa e

que têm vindo a revelar este facto nomeadamente nas memórias sobre o passado colonial.

Ainda segundo Sabonete, (2010) as observações que os mais velhos fazem sobre o comportamento dos colonos ou dos agentes da administração colonial revelam que o uso das referidas línguas era proibido sobretudo nos meios urbanos sob pena de arrancar suas raízes e levar e os levar ao estatuto de assimilados que pressupunha algumas mudanças não apenas nas suas condições de vida como também no relacionamento com o colono em detrimento das relações com o grupo de origem.

Ao trazermos à tona a discussão sobre as bases da história dos povos africanos, importa salientar que séculos de colonialismo culminaram na destruição de traços culturais e na proibição dos contactos entre as gentes que habitavam o continente. Em Angola e Moçambique, a exemplo, desde o início de suas actividades culturais eram completamente reprimidos. As formas de manifestação cultural dentro das sociedades africanas, eram abafadas pelo regime colonial. As culturas africanas, sempre foram vista pelos colonizadores como inferiores. O que a nosso ver, não corresponde com a verdade, até porque nenhuma cultura é superior a outra (Chaves, 2005, p. 250).

Contudo, é fácil compreender como a colonização prejudicou a cultura e as famílias africanas, tirando-lhe quase ou mesmo toda a sua dignidade, nem a valorização das suas línguas, nem os aspectos cultural ou religioso levou em consideração. Instaurando assim os seus modelos de orientação dentro de uma cultura e sociedade muito diferente da sua.

1.4. A historiografia colonial e a história dos povos Colonizados

Afonso (Sd), diz que a historiografia portuguesa anterior a 1974 caracterizou-se pela constância da recusa em dar qualquer autonomia à história dos colonizados, que permaneceram como um objecto de manipulação da história portuguesa, nunca como agentes e detentores de uma história própria. A escrita portuguesa da história não pôde ou não quis reconhecer a existência histórica dos outros povos como sociedades organizadas e complexas, portadoras de culturas seculares.

Ainda segundo o autor é certo que não tinha motivos teóricos ou práticos para inflectir a sua posição, dada a maneira como as demais ciências humanas abordavam as populações colonizadas. Por essa razão, a escrita da história portuguesa ficou

amarrada aos mitos da ideologia colonial e ao elogio dos factos heróicos dos portugueses, não esquecendo o seu papel fundamental na tarefa considerável de «civilizar» os outros.

Segundo Oliveira (2016) os contactos dos portugueses com outros mundos e outros homens constituíram uma das preocupações constantes da historiografia portuguesa, ocupando um espaço privilegiado na construção de uma História de Portugal centrada nos descobrimentos e na expansão ultramarina, onde a história das relações multiseculares dos portugueses com os outros povos foi sobretudo, dos finais de Oitocentos até ao último quartel do século XX, uma evocação mecânica dos heróis portugueses, heroicidade que implicava mobilizar negativamente os outros.

A este respeito Williams afirma que:

Apesar da apologia do valor da imparcialidade na escrita da História, muitos historiadores portugueses continuaram sensíveis às exigências da doutrinação política verificadas no século XIX e durante a Primeira Republica, reforçadas pela dureza do colonialismo e da censura do Estado Novo. Essa relação íntima entre produção historiográfica e ideologia ao serviço do projecto político colonial caracterizou-se por uma sintonia dramática que unia apoiantes e opositores do regime na recusa da autonomia histórica e cultural dos povos colonizados. Tal transversalidade, que englobava toda sociedade portuguesa, continua a exigir uma reflexão serena e rigorosa dos caminhos da nossa história (Williams, 2016, p.34).

Sousa (2017), diz que foi no espaço historiográfico dos descobrimentos e da expansão portuguesa, timidamente alargado ao império colonial que as directivas político-ideológicas censuravam e proibiam, que se assistiu à emergência do outro, sendo indispensável sublinhar a diferenciação das leituras portuguesas aliás, na esteira das congéneres europeias entre o africano e o asiático, para falar apenas daqueles que constituíam os colonizados do império português do século XX. Esta situação que não pode ser escamoteada, põe em evidência a necessidade de autonomizar geográfica e culturalmente os estudos relativos à dominação colonial, para compreender as linhas estruturantes do colonialismo, as suas formas de actuação e de consolidação de hierarquias teóricas e metodológicas que caracterizaram a fabricação da historiografia ultramarina portuguesa.

Para Gomes (2019), a inferioridade racial dos africanos, a sua quase animalização tão cientificamente confirmada pela ciência oitocentista, permitia escamotear a história da África, despojada de qualquer forma de intelectualidade, como já o fizera Hegel, mestre directo ou indirecto de Silva Cunha, entre tantos outros homens fortes do regime salazarista. O conhecimento histórico relativo à África tornava-se, assim, num segmento da história portuguesa, os africanos sendo apenas mobilizados para permitir a afirmação da coragem ou da inteligência dos portugueses. Se a concepção de uma «África portuguesa» dirigia a organização da historiografia portuguesa, concentrando num espaço único e homogéneo, centrado em torno dos portugueses, as diversas realidades africanas, foi ela obrigada frequentemente a romper essa unidade histórico-espacial e a elaborar estudos monográficos, exigidos pela própria operacionalidade colonizadora.

1.5. A Ocupação de Angola

Aqui vamos abordar a temática ocupação em Angola e as suas especificidades. Bender (2009), sobre a ocupação de Angola, diz que, analisando a última carta de direcção de cartografia de 1907, da qual serviu-se de referência, os traçados de caminho-de-ferro se nos deparam os de Moçâmedes, Benguela, e Luanda respectivamente com 126, 205, e 504 quilómetros, concluídos ou em exploração. Como estes caminhos-de-ferro estavam muito longe de alcançarem as fronteiras da colónia de Angola, optou-se pelo seu prolongamento e nas suas transversais ir-se drenando os grandes espaços intermediários.

Ainda continuando com as abordagens de Bender (2009, p.39), quando falava sobre o traçado do esqueleto de ocupação de Angola, diz que, foi feito um estudo para abertura e o aperfeiçoamento de linhas de viação terrestre e para a utilização das vias fluviais existentes. Os rios, havendo possibilidade, foram um auxiliar muito vantajoso para ir lutando contra o terrível obstáculo que envolvia o dispêndio inerente às estradas e a linha férrea. Foi assim que, satisfazendo o pedido formulado em Maio de 1907 à secretaria de Estado da marinha chegaram à Luanda, em 1009 sete lanchas à motor utilizando combustível lenha.

Retomamos a ideia já referenciada por Silva (2003, p.5), quando afirmava que os anos 20 corresponderam o término da conquista militar do actual território angolano, realizando-se a última "campanha de pacificação" justamente no universo agropastoril. A partir daí, iniciou-se a época de consolidação do colonialismo de ocupação, caracterizada por uma implantação mais extensa e maciça de europeus, particularmente portugueses e com eles, do modo de produção capitalista cujas formas evoluíram lentamente, até ao fim da era colonial.

Para Zau (1999, p.44), no século XVIII, os portugueses já tinham penetrado nas terras do Bailundo, no Huambo, deste modo sem grandes resultados. A urgência de um maior domínio sobre os espaços conquistados, levaria a metrópole a adoptar medidas reformistas para uma política colonial mais actuante, o que implicava numa ocupação efectiva dos territórios, sob pena dos portugueses as verem passar para a influência de outro candidato europeu.

Ainda sobre o aspecto da ocupação territorial de Angola Bender (2009), diz-nos que o período após a conferência de Berlim, tornou inválidos nos direitos históricos já referenciados alegados por Portugal. Este, processo era vista por outras potências concorrentes, ambiciosas de se apoderarem dos seus territórios, foi forçado a fazer coincidir no terreno os seus direitos sobre as possessões que ambicionava. Surgiu assim, a necessidade da ocupação de Angola.

As expedições e os movimentos ocupacionista em África, provocaram um verdadeiro clima de tensão e rivalidade entre as potências europeias na prospeção pelos territórios, obrigando desta feita Portugal a rever urgentemente a sua política colonial e a efectivar a sua presença em diversas áreas do interior africano, pretendendo juntar à costa do Atlântico ao do Índico, isto é, de Angola à Moçambique. Este projecto colidiu com áreas de interesses dos ingleses. As tensões pela disputa dos territórios africanos entre os exploradores foram crescendo e viveu-se um momento de grande instabilidade política quando quase ocorreu uma guerra (Charles & Marques de Sá 2011, p.7).

No entanto, Monnerville *et al.* (1948, p.23), ao abordar a respeito da ocupação de Angola, diz que, a imposição de um modelo político de matriz eurocêntrica exige que o colonialismo seja discutido como uma forma de "barbárie civilizada", espelho da legalidade burguesa europeia dos séculos XIX e XX. As teorizações políticas e as

decisões administrativas dos que vão, a partir de finais do século XIX, planejar e gerir a ocupação do território que é hoje Angola fornecem elementos preciosos sobre as principais referências da política colonial portuguesa.

Segundo Siqueira (2012, p.40), a ocupação efectiva de Angola por Portugal, a exemplo das suas outras colónias, caminhou a par e passo com o desenvolvimento da produção capitalista em grande escala. Transformar a pessoa do trabalhador em mercadoria comercializável envolveu a criação de uma nova economia política. A pressão para implementar a “sua” missão “civilizadora” levou o governo português a instituir uma série de reformas do regime de trabalho.

Ainda segundo Siqueira (2012, p.41), o novo estágio de desenvolvimento colonial capitalista de Angola foi seguido de perto por uma série de medidas políticas destinadas a validar a capacidade civilizadora portuguesa. A propaganda colonial portuguesa procurava ocultar o verdadeiro sentido da sua presença na colónia. Ou seja, que o colonialismo significava a ocupação de terras de onde provinham os meios de subsistência das pessoas que já habitavam o território conhecido como Angola. Esta ocupação de terras, ao associar o projecto identitário ao projecto económico colonial, transformava o indígena em força bruta a explorar.

Podemos dizer que, a colonização é má, ela tirou a maior dignidade e a aspiração de um determinado povo que queria se afirmar na arena mundial. Os africanos, de forma particular os angolano, sofreram a maior humilhação com àquele projecto pecaminoso.

As Resistências à Ocupação de Angola

Embora Angola tivesse sido colónia portuguesa, a sua efectivação não ocorreu sem oposição política, cultural e particularmente militar. Assim neste subtema abordamos sobre a resistência à ocupação de Angola.

De acordo com Sousa (2003), o termo “guerra de pacificação” foi utilizado pelo governo colonial para designar a guerra feita pelos portugueses na ocupação dos territórios africanos e a contraofensiva dos povos africanos e angolanos em particular na defesa

da sua integridade ou melhor, a resistência africana. Essa “guerra de pacificação” ocorreu no período entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX, devido à necessidade e obrigatoriedade da ocupação efectiva dos territórios africanos, face a concorrência imperialista das outras potências europeias, que desvalorizavam a versão defendida por Portugal sobre os direitos históricos que tinha dessas regiões.

Em várias regiões de Angola as populações estavam insubmissas e detectavam-se revoltas contra a soberania portuguesa, por exemplo, no Kongo, Luanda, Malanje, Huíla etc. Houve áreas que se verificou que o reconhecimento da autoridade portuguesa era praticamente inexistente. De entre os povos que os portugueses tiveram que enfrentar, destaca-se os Kuanhama, pois, constituíam comunidade muito aguerrida. Além disso, essa comunidade, fazia tudo para agrupar a sua volta povos vizinhos a fim de invadir os quartéis portugueses que se encontravam no Lubango e consequentemente na área de Benguela. Face a este clima de constante hostilidade, tornava-se imperativo ao governador da colónia de Angola empreender operações militares com vista ao alargamento da soberania e ao aniquilamento da acção defensiva dos nativos (Bender 2009, p.40).

Pereira de Eça enfrentou inúmeros confrontos com Humbe e os Kwanhama, o último confronto militar ocorreu em 1917, na região do Môngua, onde o rei dos Kwanhama, Mandume Ya Ndemufayo morreu. Assim, de 1917 a 1920 ocorreram as últimas campanhas de “pacificação”, mas os Herero vão resistir a pressão colonial até 1941. Pode-se dizer que a instalação do poder colonial em todo o Sul de Angola ocorreu apenas a partir de 1920 quando o exército português consegue submeter por via armada os povos mais resistentes do Sul³.

Deste modo, Portugal lança-se numa campanha de conquista, e de ocupação, baseada na aplicação de uma acirrada ideologia e política colonialista. No entanto,

³ VIII encontro de História, (2016).

esse processo não foi pacífico, pois os povos africanos, conforme as suas circunstâncias e situações, organizaram uma série de resistências⁴.

De acordo com Caregnato:

As práticas de trabalho forçado, o recrutamento de carregadores e de mão-de-obra para São Tomé, a cobrança de impostos, a expropriação de terras e outras práticas inerentes ao sistema capitalista e colonialista fizeram que, a partir da segunda metade do século XIX, vários povos e reinos de Angola (os Ngingas, os Holo, os Hari, os Bondo, os Songo, os Imbangala, os Xinje, os Minungu, os Lunda, os Cokwe, os Ovibundos e outros) se sublevassem contra a presença e ocupação colonial portuguesa (Caregnato 2010, p.23).

Embora, muitas sublevações praticamente já tivessem ocorrido logo no início da presença portuguesa, cada uma com a sua originalidade própria. É o caso da resistência empreendida por Nginga Mbandi, rainha do reino do Ndongo e da Matamba, durante 40 anos consecutivos, o rei do Kongo, Garcia II, que em 1641 convocou os chefes do Sul do Congo para se unirem a ele contra os portugueses. Os chefes Ndembu Mutemu, Nambu a Ngongo, Kakulu Kahenda, Ngombe a Mukama, entre outros declararam a sua aliança com o Congo contra os portugueses⁵.

Nascimento (2016), diz que nas últimas décadas do século XIX, a situação de instabilidade aumentou de forma considerável em Angola. Os focos de tensão eclodiram principalmente devido a intensificação da ocupação portuguesa através de suas campanhas de submissão e pacificação das regiões estratégicas.

A esse respeito, Siqueira afirma:

Entre 1872-1873 houve a guerra dos Dembos, conflito ocorrido na região entre o rio Zenza e o rio Dande, região de intensa colonização portuguesa na época². Já durante as duas últimas décadas do século XIX foi a vez dos Ovimbundo e dos Chokwe resistirem bravamente as investidas estrangeiras. Os chefes destes povos tinham consciência de sua inferioridade bélica diante dos portugueses, uma vez que a sobrevivência destes povos dependia disso (Siqueira 2012, p.40).

Ainda na visão de Siqueira (2012) outra forma muito comum de resistência foi a fuga, que poderia ser de uma fronteira para outra para fugir de impostos a serem pagos; o

⁴ VIII encontro Estadual de História, (2016).

⁵ Arquivo Histórico Nacional. Exposição A evolução das fronteiras de Angola. Ministério da Cultura de Angola, 1997, p.26.

rio Cuango, que separa Angola do Kongo, era atravessado pelos Yaka com o objectivo de fugir dos cobradores de imposto dos colonizadores. A identidade ou o parentesco étnico de grupos que viviam de um lado e de outro de uma fronteira também motivaram as fugas dos Ovambo e dos Bacongo a deixarem Angola como forma de resistência da exploração colonial.

Segundo Bender (2009, p.42), depois de avanços e recuos dos séculos anteriores, a Angola dos portugueses não corresponde evidentemente à Angola actual com 1 246, 700 km², 14 vezes Portugal sem Madeira e os Açores. Oficialmente a soberania portuguesa em Angola era reivindicada na costa a norte, a partir do meio do futuro enclave de Cabinda.

Segundo Zau (2002, p.48), as campanhas do planalto, em 1902, mostraram a força das monarquias vigentes no Bailundo, Bié, Huambo e de todos os reinos independentes, apesar da presença “oficiosa” e até militar na região. Assim, Ekuikui II, Mutu Ya Kevela, Ndunduma, Mandume, seriam alguns dos nomes destacados de toda a resistência entre as últimas décadas do século XIX e o primeiro quartel do século XX, quando, efectivamente, a dominação se veio a concretizar.

Ainda na visão de Bender (2009), em 1885 quando se estabeleceu o princípio da ocupação efectiva, na conferência de Berlim, a soberania portuguesa em Angola era exercida apenas ao longo da faixa litoral, desde Ambriz até Moçamedes. No interior o domínio português era ainda incerto devido aos frequentes ataques e sublevações que se faziam sentir nos Dembos, na Quissama, em Cassange, no Amboim, no Libolo, no planalto central, nos Gambos, no Humbe, Cuando-Cubango, no Moxico, etc.

Retomando com as abordagens de Sousa (2003), o mesmo afirma que quando se fala de um processo de conquista e ocupação de África que se desenrolou quase que a velocidade relâmpago, fica uma sensação inicial de que os africanos pouco ou nada terão feito para impedir a ocupação. Esta ideia não corresponde à verdade. Os africanos se bateram de diversas formas e com o máximo das suas forças para impedir a ocupação. A resistência africana foi importante na medida em que provou que os

africanos nunca se resignaram diante da invasão; longe de ser desesperada e ilógica, foi, muitas vezes, movida por ideologias racionais e inovadoras.

Contudo, e de acordo com as afirmações dos autores acima mencionados, podemos afirmar que os vários grupos etnoculturais não só compunham o cenário complexo da região como também foram agentes activos nas lutas e disputas travadas contra o colonizador português no limiar do imperialismo e da intensificação da ocupação portuguesa em seus domínios. Os fenómenos históricos de ocupação colonial e vice-versa constituem elementos conexos, uma constitui na acção de agressão ao seu povo, neste caso de Angola e o outro a resposta proporcional se impõe falar de resistência à ocupação.

**CAPÍTULO II: O COLONIALISMO PORTUGUÊS E O POVOAMENTO
BRANCO NO SUL DE ANGOLA: O CASO DA REGIÃO DE
CAPELONGO NO MUNICÍPIO DA MATALA (1950-1975).**

CAPÍTULO II: O COLONIALISMO PORTUGUÊS E O POVOAMENTO BRANCO NO SUL DE ANGOLA: O CASO DA REGIÃO DE CAPELONGO NO MUNICÍPIO DA MATALA (1950-1975).

2. Localização Geográfica da região de Capelongo

O Colonato de Capelongo-Matala surgiu no actual Município da Matala, que faz parte dos 14 Municípios da Província da Huíla. Fica situado a Leste da mesma e dista a 172 km do Lubango, capital da Província, com uma extensão territorial de 9.065 km². Faz fronteira a Sul com os Municípios da Kahama, Ombandja (Província do Kunene), a Oeste com os Municípios dos Gambos e Quipungo (Província da Huíla), a Leste com o Município da Jamba (Província da Huíla), Kuvelai (Província do Kunene) e a Norte com o Município de Chicomba (Província da Huíla). O Município da Matala tem uma altitude média de 1.230 m. (Administração Municipal da Matala, 2009). O Município da Matala tem quatro comunas nomeadamente, Comuna da Matala, Capelongo, Mulondo e Micosse⁶. Tanto a comuna da Matala como a de Micosse não são reconhecidas juridicamente.

2.1. O clima

O clima do Município da Matala é tropical seco, com precipitações médias de 1.000 mm por ano, diminuindo do norte para sul. O período de chuva vai de Setembro a Abril, excepto o Mulondo que vai de Dezembro a Abril de cada ano.

É de referir que na comuna de Capelongo existe uma estação climatológica para fornecimento de dados meteorológicos da região.

No Município, encontram-se vários tipos de solo. Em Capelongo predominam os solos ferralíticos vermelhos e arenosos que são favoráveis à prática da agricultura e da pastorícia do gado.

⁶ Micosse, ascendeu a categoria de comuna, sem o código do INE.

2.2. Flora e Fauna

A vegetação predominante no Município é a arbustiva e arbórea, está em maior escala e em toda a sua extensão.

Existem no Município, diversos tipos de vegetação natural como o caso de Muvange de grande, médio e pequeno porte. Encontram-se em todo o território, árvores como: Muyumba, Mumue, Mupanda, Mussassa, Muissi, Girassonde, Eucalipto e Mungolo bem como outras espécies não identificadas. Nesta região existe diversidade na fauna, em pequenas quantidades. Encontram-se elefantes, oncos, chita, nunces, búfalos, palanca vermelha, mabecos, hienas, gnus, guelengues, focacheiros, potamocheiros, leões, leopardos, burros do mato, cabras do mato, coelhos e outras espécies animais.

O parque Nacional do Bicuar abrange uma parte da extensão do Município da Matala (extremo sul e sudoeste), compreende os territórios das comunas de Capelongo e Mulondo. Foi criado com o objectivo de preservar e defender a fauna, da invasão de caçadores e evitar a migração de animais para outras regiões. É de referir que nos anos, tendo em conta a política da diversificação da economia do país em geral e da região em particular, estão a ser efectuada algumas obras de restauro no referido parque que vêm a potenciar o turismo.

2.3. A fundação da região de Capelongo

Martine (2015), diz que para percebemos que todos colonatos foram criados com objectivo de concentrar nas localidades coloniais, centros agroindustriais, capazes de absorver a mão-de-obra da região sul da colónia de Angola, para além de criar sociedades "multirraciais", também de diminuir a dependência colonial do capital mineiro. A data sobre a fundação da região de Capelongo não é muito consensual mas há autores que abordaram sobre a sua ascensão a partir do século XIX. Esta data abre no nosso ponto de vista outros debates.

Durante cinco séculos, as políticas coloniais portuguesas eram de «civilizar» as populações indígenas e de desenvolver a economias colonial, para isso acontecer

havia necessidade de estabelecer agricultores portugueses nos territórios do interior do império português (Curto, 2005, p.45).

O colonato de Capelongo-Matala foi criado com objectivo de produzir para o seu sustento e os excedentes serviam para abastecer as cidades, evidenciaram esforços na minimização de onerosos custos no transporte dos bens produzidos no colonato. Tal como aconteceu em toda parte o colonato de Capelongo-Matala foi concebido ao longo do rio Cunene, porque o critério do tipo de projectos obrigava necessariamente ao longo dos rios com uma maior bacia (Braudel, 1979, p. 100).

Segundo Bender (2009), para o governo português a criação do colonato da Matala, constituía uma modesta versão deste grandioso esquema ou projecto, e esperava-se que o novo colonato viesse a atrair cerca de 1.000 famílias para se fixarem numa área de cerca de 3.000 quilómetros quadrados. A Matala se tornou rapidamente num dos centros de produção hortofrutícola e forrageiro mais importante do país com vantagem de produzir em épocas intercaladas com destaque a batata rena, o leite e seus derivados fundamentalmente pelo queijo e o tabaco. A primeira fase do projecto agrícola concluiu-se nos anos 60 com a instalação do perímetro irrigado da Matala à Capelongo, alimentado pelo canal principal de rega ao longo da margem direita com uma distância de 43 km, que permite o regadio de 2.300 hectares aproximadamente.

2.4. Importância da região de Capelongo no desenvolvimento da Colónia de Angola (1954-1974)

Durante cinco séculos da presença e colonização portuguesa, na África em geral e de Angola em particular, os europeus apresentavam para o efeito, princípios fundamentadas na política colonial para eles, o melhor meio de garantir a soberania africana passava necessariamente por “civilizar” as populações indígenas e conseqüentemente de desenvolver as sociedades multirraciais, criando uma economia colonial, que passava no estabelecimento de agricultores europeus nos territórios do interior dos seus impérios (Bender, 2008, p.29).

Durante milénios, a agricultura foi "indústria" dos homens, mas acarretavam muitas consequências, desde abertura da terra (desmatação, desbravamento) com ou sem charruas, em muitos casos exigiam forte tracção potente, o emprego de avultada mão-de-obra, fazer diques, irrigação foram técnicas, quando bem cumpridas, o agricultor podia esperar alguns sucessos (Braudel, 1979, p. 378).

O colonato de Capelongo-Matala, apesar dos vários fracassos observados, durante o projecto, podemos afirmar que a presença dos portugueses trouxe para Angola, algumas vantagens e novidades salutares no modo de produção e de vida dos autóctones, porque são visíveis os benefícios depois da independência, que constituem em valiosas heranças coloniais nos vários domínios como na economia, cultura religiosa, política e administrativa que nos servimos nos dias de hoje (Souza, 2012, p. 44).

Para atrair os portugueses ao interior, o governo criou dois grandes colonatos o da Ceta e da Matala (Capelongo), a exemplo dos anteriores fracassos os dois colonatos conheceram muitos fracassos porque o governo não cumpriu com os compromissos que fizera com os colónos. Entre vários fracassos, Portugal não cruzou os braços, adoptou como alternativa estratégica a de povoamento planificado entre 1900-1950 e apelou aos camponeses livres portugueses para que viessem para África trabalhar a terra. Poucos aceitaram o convite nos anos de 1951-1960; outros povoamentos planificados, os colonos que aceitaram como havia constantemente acontecido também queriam instalar-se nas cidades costeiras, principalmente, em Luanda para atrair os camponeses livres para o interior; houve necessidade de despendere elevados investimentos (Bender, 2008, p.59).

As mínimas condições infraestruturais (habitações, Indústrias, centros comerciais, armazéns, empresas, administrações, escolas, estradas, lotes agrícolas, canal para a irrigação, etc.) que temos na Ceta, Matala, em todo o país, resultaram da colonização em geral e dos colonatos em particular. Outro ganho que podemos reconhecer é a plataforma territorial que temos hoje, foi conquistado pelos colonizadores, a superfície do espaço angolano é de 1 246 700 Km² estabelecida através de convenções entre as

potências colonizadoras⁷. É de lembrar que essas convenções foram acompanhadas por campanhas militares na ocupação dos espaços africanos face à concorrência de outros países europeus.

2.5. Causas do fracasso do projecto do povoamento de Capelongo-Matala

Desde os tempos remotos, a expansão portuguesa além-mar foi implementada com várias reformas políticas para o sucesso das suas ricas ambições da expansão do grande império sonhado. Mas muitas das políticas concebidas por Portugal, estavam impregnadas de sucessivos erros e fracassos.

Sob este ponto de vista Ferreira (2005), afirma que uma das políticas debatidas entre os portugueses era de negarem o projecto assimilacionista, criticavam que o governo metropolitano não devia valorizar os povos africanos, eram vistos como «selvagens e primitivos», tendo em conta a sua inferioridade, não deviam ter os mesmos direitos como dos cidadãos europeus, o governo devia preocupar-se com o seu projecto colonial em detrimento de querer criar uma sociedade portuguesa nas províncias do Ultramar.

Este debate, cujo início remontava questão de escravatura e do trabalho forçado, levou a que prevalece a visão notoriamente racista e instrumentalizante do africano defendido pela geração de 1895, bastante marcada pelo darwinismo social (Dáskalos, 2008, p. 32).

Cahen (2017), diz que a história dos portugueses em Angola, antes do século XX, era considerada a história de criminosos que eram exilados-degredados na colónia, os navios que vinham de Portugal descarregavam na costa angolana uma quantidade de lixo, já que assim eram considerados. Portugal entre as potências europeias, foi o primeiro país metropolitano a enviar os degredados em exílio nas colónias ultramarinas. Muitos historiadores dizem, o povoamento de África em geral e de Angola em particular com degredados, culpabilizam como sendo os responsáveis pela imagem negativa das suas colónias que o povo português revelou durante cinco

⁷ Entrevista feita ao Professor Rodrigues, sobre os ganhos da colonização portuguesa de Angola; História de Angola, 11ª classe, Reforma Educativa, em vigor em Angola;

séculos da presença portuguesa no ultramar. Esta estratégia de povoamento, também fez-se sentir em massa na região de Capelongo, onde os portugueses criaram o colonato.

A presença dos degredados em Angola resultou a última solução do povoamento na intenção de manter o seu domínio sobre a colónia mais extensa, potencial, mais rica da África, único mecanismo válido já que os homens livres tinham uma imagem negativa de Angola, não arriscavam de cá virem, era o povoamento branco com degredados e também para Portugal olhava a colónia como uma porta de saída adequada para os elementos rebeldes e criminosos da sua sociedade (Bender, 2009, p.117).

Cooper (2005), diz que sendo Portugal, o primeira nação europeia a iniciar e também a última a acabar com a exploração e a conquista dos territórios de além-mar, o comércio transatlântico de escravos e do povoamento branco em terras tropicais, foi igualmente a primeira e a última a utilizar condenados no processo de colonização.

Carvalho *et al*, (2011), afirmam que as negativas políticas portuguesas começaram no século XV durante a conquista da cidade de Ceuta, em 1415, muito antes da primeira caravela portuguesa ter aportado em Angola, Portugal deportava condenados como marinheiros, soldados e colonos, pelo fracasso de não conseguir persuadir homens livres a participar nas conquistas, recrutando «heróis» involuntários nas masmorras de Portugal⁸. Em nenhum outro lugar do império ultramarino português foi mais difícil de convencer homens e mulheres livres a estabelecer-se do que em Angola.

Segundo Martinez (2010), as razões que motivavam os portugueses livres a vir para Angola são as seguintes: a partir do século XV, com a chegada de Diogo Cão em 1484, até século XX, a esmagadora maioria dos portugueses em Angola eram condenados, exilados ou degredados e todo povo branco livre tinha conhecimento que a colónia de Angola era espaço dos criminosos. Reconhece-se que os degredados serviram de

⁸ O conselho legislativo da colónia chegou a enviar um documento que aconselhava o governo português, a deixar considerar Angola como um depósito de degredados. Os degredados enviados em Angola viam cumprir a pena alternativa à da morte ou prisão em Portugal, essa medida teve início no reinado de D. João I, nas primeiras décadas do Século XV

vanguarda das forças que tentaram penetrar no interior de Angola para a sua conquista e desenvolver a exploração durante o primeiro século da colonização.

Bender (2009), argumenta que até finais do século XIX, os degredados em Angola raramente se encontravam encarcerados. Praticamente estavam livres e dedicavam-se ao comércio, alguns entravam nos serviços do governo, dedicavam bastante na actividade do comércio de escravos, foram também participantes como soldados na “descoberta de Benguela” e da região de Capelongo para aí se estabelecerem.

Afonso (Sd), afirma que nos meados do século XVII, todas as posições que não estavam ocupadas pelos indígenas foram preenchidas pelos degredados tais como no exército, na política, comércio, ofícios especializados e no comércio de bebidas alcoólicas por grosso e a retalho. Em 1662, o Conselho Municipal de Luanda pediu e recebeu a permissão da coroa de enviar todos os degredados para o interior cumprir as suas penas, mas isso nunca chegou de pôr em prática por causa da escassez de pessoal livres, para trabalhar nos postos civis e militares, essa condição tornava os degredados necessários.

Ainda seguindo as abordagens de Bender (2009), analisa o impacto do povoamento branco na região de Capelongo, diz que as sociedades africanas colonizadas, nomeadamente o afastamento ou abandono forçado das terras por parte dos africanos em prol da instalação de colonos provenientes de Portugal.

Pimenta (2017), diz que a população indígena terá gerado grandes problemas do ponto de vista social e económico, com reflexos na queda da produção agrícola, uma vez que os autóctones seriam os únicos que sabiam cultivar as terras com as suas técnicas e engenhos agrícolas. Ao invés, os colonos, careciam de conhecimento sobre o clima e fertilização das terras, bem como, na maioria dos casos, de uma instrução agrícola imprescindível para o povoamento da região.

Porém, o autor denuncia, de igual modo, a actuação do Estado Português neste processo da colonização, nomeadamente a falta de preparação dos colonos para o processo de povoamento e para um aproveitamento rentável das terras. De facto, Bender critica o Estado Português por ter apostado na colonização do sul de Angola.

Neste sentido, acusa o aparelho governativo de cometer vários erros, inclusivamente a inclusão de cabo-verdianos no processo de colonização das terras angolanas, com o intuito de estes serem intermediários raciais e aumentarem a produtividade económica. O que não aconteceu.

Santos (2019), argumenta que o estabelecimento destes colonos em Angola foi auxiliado pelo governo português que, providenciou transporte e segurança aos 180 migrantes até à sua instalação definitiva no litoral angolano. Esta vaga migratória foi precedida de outras deslocações de colonos provindos de várias regiões de Portugal, com especial destaque para o povoamento da Huíla sucedido na década de 1880, protagonizado por madeirenses.

2.6 Primeiras tentativas de colonização branca do sul de Angola

Para Amaral (1960), os primeiros contactos dos portugueses com a região planáltica sucederam-se no ano de 1627, sob alçada do capitão-mor de Benguela, Lopo Soares Lasso, porém, sem continuidade⁷⁰. No ano de 1769, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Governador de Angola, idealizou as bases para o povoamento da região planáltica. O Governador pretendia dar início a um processo de colonização direccionado para a zona de *Alba Nova*, um povoado que, posteriormente, deu origem à povoação da Huíla. Esta ideia inseria-se no âmbito de um plano maior de colonização dos planaltos angolanos, a partir de Benguela.

Carvalho (2020), diz que fixação de povoações na costa abriu as portas para a colonização do interior. Neste sentido, o Estado tentava executar uma estratégia de povoamento no sul de Angola, assegurando o abastecimento de Moçâmedes com produtos vindos do interior e consequentemente dinamizando a economia da região. Foi neste contexto que ressurgiu a ideia de colonizar as Terras Altas da Huíla, um ponto estratégico que apresentava condições ambientais favoráveis ao povoamento.

Para Cláudia (2013), a colonização portuguesa no sul de Angola em nada diferenciava dos demais países colonizadores, mas o discurso justificava a permanência em solo africano, pois acentuava a peculiaridade da ocupação lusa apresentando às nações

uma explicação científica para buscar uma aprovação para a presença em África. Mas a prática, “como qualquer outra, assentou em formas mais ou menos explícitas de racismo, gerou conflitos e promoveu a discriminação.

Flores (2016), falando sobre a colonização branca no sul de Angola, diz que a estratégia era evitar a emigração e estimular a migração, pois além de ocupar com mais intensidade os espaços, os recursos transitariam controlados pelo Estado, mesmo que em espaços geograficamente diferentes, mas dentro do mesmo domínio político. Isso soava como uma resposta às nações que pleiteavam a autonomia dos territórios. As despesas, antes custeadas pelo Estado, passaram a ser financiadas com recursos próprios. Para Angola, a maioria dos que chegaram financiaram os custos da viagem, ou seja, uma migração espontânea, que mais tarde acabou por justificar o sentimento de pertencimento à terra angolana.

**CAPÍTULO III: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS
OBTIDOS POR INTERMÉDIO DE INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO**

CAPÍTULO III: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS POR INTERMÉDIO DE INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

3.1 População e Amostra

Para Marconi e Lakatos, (2010) a população pode ser entendida como o conjunto de indivíduos de uma determinada região, que partilham as mesmas características.

Deste modo, a presente investigação contou com uma população composta por 50 pessoas.

3.2 Amostra

A amostra é um conjunto de elementos ou unidades extraído de uma população ou universo bem definido, mediante procedimentos estatísticos-matemáticos baseados em critérios operacionais e na teoria das probabilidades com vista a garantir uma selecção aleatória das unidades populacionais, os quais tornam possíveis a obtenção de amostras representativas do ponto de vista estatísticos.

Caracterização da Amostra em função da idade

Idade	Frequência	Percentagem
16 – 18	1	4%
19 – 20	6	23%
21 – 24	10	38%
25 - ...	9	35

Caracterização da Amostra em função do Género

Masculino / %	Feminino / %	Total / Percentagem
16 / %	10 / %	26 / 100%

Questão 1: O que entendes por povoamento branco?

Questão 2: Qual é a importância da região de Capelongo no desenvolvimento da colónia de Angola?

Questão 3: Já ouviu falar do povoamento branco na região do Capelongo?

Opções	Frequência	Percentagem
a) Sim	19	73%
b) Não	1	4%
c) Talvez	6	23%

Questão 4: Em que século se deu o início do povoamento branco na região de Capelongo?

Opções	Frequência	Percentagem
a) XIX	8	31%
b) XVI	11	42%
c) XVII	7	27%

Questão 5: A acção do colonialismo português na região de Capelongo, foi correcta? Justifique

6-Assinale a resposta correcta. O colonialismo caracteriza-se por:

Opções	Frequência	Percentagem
a) Foi um sistema de exploração económica e de dominação política, social e cultural, podendo mesmo ser compreendido como um modo de percepção do mundo e de enquadramento da vida social. O regime colonial “sustentou uma gramática de distinções que se inseriu no mundo dos colonizados, entrando nas suas próprias autoconstruções e afectando os modos como eles incorporaram suas identidades, sociedade e as suas próprias culturas	12	54%
b) A ideologia etnocentrista imperial sufocou as culturas africanas durante quase um século. O colonialismo impôs instâncias socioculturais elaboradas dentro das suas próprias perspectivas, por referência aos seus interesses, aos seus valores, às suas linguagens e à sua ordem, e que servem de cortina entre o povo e as suas instituições, a sua escola, as suas economias, a sua visão do mundo e inclusive o sentido da sua própria história. O colonialismo ocultou a verdadeira história e os aspectos importantes da cultura africana	9	40%

Processo de inculcação de valores metropolitanos, no contexto da conquista colonial, produziu escolas e crianças colonizadas que não pensam a sua própria cultura e história, pois com isso o colonizado tende a estar condenado a perder progressivamente a sua memória e sua identidade social e cultural, particularmente é na língua que se manifesta este primeiro dado de perda de sentimento e de pertença étnico-cultural	5	6%
---	---	----

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Conclusão

Terminada a nossa pesquisa sobre o colonialismo português e o povoamento branco no sul de Angola: o caso da região de Capelongo no município da matale (1950-1975) concluímos que:

De facto, o povoamento no sul de Angola, concretamente na região de Capelongo com colonos provenientes da ilha da Madeira, logrou criar uma comunidade branca auto-suficientes e perfeitamente enraizada no solo africano, tendo como centro a província da Huíla.

Concluiu-se também que o povoamento na região de Capelongo foi importante porque o colonizador tinha o objectivo de concentrar nas localidades coloniais, centros agroindustriais, capazes de absorver a mão-de-obra da região sul da colónia de Angola, para além de criar sociedades "multirraciais", também de diminuir a dependência colonial do capital mineiro.

A acção dos portugueses na região de Capelongo foi no sentido de que a pobreza daquele país deveria ser evitada a todo custo, pois os indígenas deveriam estar absolutamente convencidos da sua superioridade. Era sobre a crença nesta superioridade que pretendeu-se assentar a arquitectura colonial que visou na exploração e no povoamento da mesma região.

O povoamento branco no caso do Capelongo, foi um fenómeno essencialmente dos finais do século XIX e do século XX. A colonização das terras altas da Huíla, no planalto meridional, na década de 1880, marcou o início do lento processo de transformação do território angolano numa colónia de povoamento europeu.

Sugestões

Diante desse facto, faz-se necessário propor:

O colonialismo em África, foi mais do que um sistema de exploração económica e de dominação política, onde os regimes coloniais, delimitaram as fronteiras e po continente africano de acordo aos seus interesses.

No entanto, para a presente pesquisa sugerimos à inclusão deste tema no programa da cadeira de História de Angola I e II, do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla. ISCED-HUÍLA, para servir de suporte aos estudantes da instituição acima-citada.

- ✓ Que os professores das referidas cadeiras consigam aprofundar nos assuntos que tem que ver com as questões do colonialismo português e o povoamento branco no sul de angola: o caso da região de Capelongo no município da matala com vista a dar novos aprendizados aos estudantes.
- ✓ Que se promova mais palestras, seminário, debates, e em outros espaços de ensino de forma a enriquecer o leque de conhecimento dos seus estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, E. (Sd) A Colonização Portuguesa: A Liberdade E A Condição Dos Cidadãos Relatado No Periódico A Civilização Da África Portuguesa No Século Xix.

Amaral, G. (1960), As raças do Império, Porto Editora

BENDER, G. (2008), Angola sob domínio Português, Mito e realidade.

BRANCO, L. (2013) O Mito das Fronteiras Em África. Universidade Lusíada, Política Internacional.

BOXER, C. (1981) O império colonial português: 1415-1825. Lisboa Edições.

CASAROTTO, A. & DILL, T. (2006) Metodologia Científica. Universidade do Oeste de Santa Catarina.

CLÁUDIA, C. (2007). Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974). Porto: Afrontamento, 2007.

CARVALHO, S. et al, (2011), Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na crise do Antigo Regime.

CARVALHO, B. (2020) Política E Sociedade Colonial Branca No Sul De Angola. O Caso Das Terras Altas Da Huíla (1958-1975).

CAREGNATO, L. (2010) Domínio colonial português em Angola nos Séculos XV e XVI

CAHEN. M. (2017) Breve História da Angola Moderna [séculos xixixi], de David Birmingham. Revista Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

COOPER. F. (2005) Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão-de-obra livre na África. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CURTO, J. (2005) Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876. Afro-Ásia. Rio de Janeiro.

FLORES, G. (2016), Diferenças essenciais na génese de Angola e Moçambique sob o domínio português, Lisboa

FERREIRA, P. (2005), As raças do Império. Porto, Portucalense Editora.

HENRIQUES, I. (2000) A sociedade colonial em África. Ideologias, hierarquias, quotidianos In: História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentramento, 1930-1998.

MOURA, G. (2015) Manual Técnico de Metodologia Científica: Como Desenvolver Pesquisas e Redigir Trabalhos em Cursos de Graduação e Pós-Graduação. Centro Paula Sousa, São Paulo

MARTINS, R. (2010) Como tornar agradável a elaboração de trabalhos académicos. Ed. Juria

OLIVEIRA.S. V. (2016) Angola e as angolanas: Memórias, Sociedade e Cultura, Mulheres e Comércio: A participação feminina nas redes comerciais em Luanda (Século XIX).

PIMENTA, F. (2017) Colonialismo demográfico português em Angola: Historiografia, Identidade e Memória. Revista de Teoria da História.

SOUZA. E. M. (2017) A liberdade do Contrato: O trabalho africano na Legislação do Império português, 1850-1910.

SOUZA, D. (2012). O Espírito colonial na escola primária portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional.

SIQUEIRA, A. (2012) Angola e a Resistência Colonial: O Caso do Massacre dos Dragões do Conde Almostr.

SANTOS. E. (2019) Angola, entre o passado e o futuro: História, intelectualidade e imprensa (1870-1900).

SMITH, G. (1990) O Império português (1825-1975). Lisboa: Editorial Teorema

SANTOS, D. (2019), O Colonialismo dos Anticolonialistas, Lisboa, 2ª Ed.

WILLIAMS. E. (1975) Capitalismo e Escravidão.

ZAU, F. (2002), Angola Trilho para o Desenvolvimento. Lisboa. Universidade Aberta.